

Governo tem proposta para dívidas

5 DEZ 1996

JORNAL DO BRASIL

Lucena

ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA — O governo propôs ao Senado que todos os empréstimos concedidos a estados e ao Distrito Federal, pelo Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, fiquem liberados de aprovação legislativa até 31 de dezembro de 1997. Hoje, todas as operações de crédito feitas pelos estados dependem de aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos e do plenário do Senado. Caso essa alteração seja aprovada, o governo passará a concentrar em suas mãos os poderes para a concessão desses empréstimos e não precisará mais negociar cada uma dessas opera-

ções com as bancadas dos diferentes estados no Senado.

A minuta do projeto foi entregue ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. A ideia é que a proposta seja encampada pelos senadores para ser apresentada pelo Senado como projeto de resolução.

A minuta prevê que as operações não serão mais contabilizadas dentro do limite de endividamento previstos em resolução do Senado e fixado em 11% da receita do estado. Além disso, são contemplados os empréstimos voltados para liquidação ou privatização de bancos

estaduais. Na avaliação de alguns senadores ficou implícito que os estados serão estimulados a se desfazerem de seus bancos quando participarem do programa.

O Programa de Ajuste, criado no final do ano passado, já autorizou a liberação — conforme dados até outubro — de R\$ 2,2 bilhões. O programa financia pagamento de pessoal, de dívidas com fornecedores e empreiteiras, demissão de funcionários e alongamento de dívidas de Antecipações de Receitas Orçamentárias.

O projeto também dispensa a necessidade de autorização legislativa para as operações com passivos dos bancos estaduais ou de entida-

des da administração pública indireta pelos controladores (ou seja, os estados). De acordo com o presidente da comissão especial da dívida dos estados, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a proposta não foi bem recebida pelos integrantes da comissão. "Alguns acharam que seria uma carta branca ao Governo", disse o senador Humberto Lucena.

Para o líder do Governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a proposta é positiva, por prever que será dado um único tratamento a todos os estados. "Essas condições serão fixadas em conjunto com o governo", informou.